



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

A. Rodrigues
E.

ACTA N.º 11/2004

SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DE 2004

16 de Dezembro de 2004

Os trabalhos foram iniciados às 21 horas.

Mesa da Assembleia: **Presidente, António Ramos Preto.**

Primeiro Secretário, Maria Arlete Rocha Rodrigues.

Segundo Secretário, José Manuel Tavares Teodoro.

Membros presentes: Todos, com excepção dos senhores João Manuel Lourenço Vieira, Fernando R. B. Gonçalves Raposo e Jaime Pereira Garcia, conforme consta da relação anexa.

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o senhor Presidente, Joaquim Raposo, e os senhores Vereadores, Carla Tavares, Gabriel Oliveira, João Bernardino, José Evangelista, Maria João Bual, Vasco Jardim e Vieira de Castro.

Verificado o Quórum, a senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a Sessão.

I – TOMADA DE POSSE

A senhora **Presidente de Mesa de Assembleia** informou de que solicitaram a sua substituição, ao abrigo do n.º 1 do Artº. 79º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, os senhores Rui Miguel Queiróz Correia do PS, Luís Manuel Isidro Guarita do PSD, para os dias 16 e 17 de Dezembro, Ricardo Girão do PSD, para a Sessão de hoje. (Documentos anexos à presente Acta).

Informou de que, em conformidade com o n.º. 2 do Artº. 78º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, os membros substitutos são o senhor Fernando Manuel dos Reis Baptista Gonçalves Raposo para o PS, Rafael Duarte Evaristo e Floripes de Almeida do PSD. (Documentos anexos à presente Acta).

A senhora **Presidente de Mesa de Assembleia** pediu um minuto de silêncio de grande pesar pela morte do Dr. Fernando Valle. (Documento anexo à presente Acta)

II – APROVAÇÃO DE ACTAS

Foram aprovadas por maioria as Actas n.º. 1, 2 e 3 de 2003.

III - ORDEM DO DIA

PROPOSTA:

1 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da Proposta da C.M.A. relativa a *“Grandes Opções do Plano para o Ano de 2005 (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Acções Municipais) – (Proposta n.º. 714/2004)”*;

2 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da Proposta da C.M.A. relativa a *“Orçamento Ordinário para o Ano de 2005 – (Proposta n.º. 715/2004)”*;



Handwritten signature and initials.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

3 – Apreciação e votação, nos termos da alínea m) do nº2 do Artigo 53º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***“SIMTEJO - Reforço do Capital Social – (Proposta n.º.751/2004)”***;

4 – Apreciação, nos termos da alínea e) do nº1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, ***“Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município”***;

5 – Apreciação e votação, nos termos da alínea m) do nº2 do Artigo 53º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***“Associação Internacional das Cidades Educadoras – Proposta de Adesão - (Proposta n.º. 721/2004)”***;

6 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº1 do Artigo 87º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, da proposta relativa a ***“Constituição da Comissão (Eventual) da Assembleia Municipal para a elaboração de Projecto de criação de Registo de Interesses dos Autarcas Municipais a submeter à aprovação da A.M.A. nos termos do Artigo 7º- A da Lei n.º. 64/93, de 26 de Agosto, com a redacção da Lei n.º. 28/95, de 18 de Agosto”***

Submetida a proposta a aprovação foi a mesma aprovada por unanimidade.

IV- CORRESPONDÊNCIA

Procedeu-se à leitura do resumo constante das folhas que se anexam com esse título.

V - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A senhora **Presidente de Mesa de Assembleia**, após as explicações regimentais, abriu as inscrições, tendo-se inscrito os senhores, João Carixas e António Borges.

O senhor **João Carixas** leu documento que se anexa à presente Acta.

O senhor **António Borges** salientou que o Orçamento da Câmara vinha falar do que dizia respeito às verbas para a Associação de Bombeiros Voluntários da Amadora. Perante a impossibilidade de apresentar previamente a situação e as dificuldades da Coorporação ao senhor Presidente da Câmara, e feito o levantamento das carências e a inexistência de recursos para suprir essas necessidades, tendo em conta o fim e as solicitações algumas muito específicas, como viaturas equipadas para desencarceramentos, e outras viaturas e equipamentos capazes de dar uma resposta eficaz à população em caso de catástrofe natural, a verba atribuída é muito pequena. A mudança da central telefónica foi um investimento de urgência a que foi dada prioridade tendo só nisso sido gastos 30.000 mil contos. No entanto a Câmara atribuiu uma verba que apenas de 8% do Orçamento da Associação.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu que compara desde 1996 em que a Câmara atribuiu 428.449.96€ e até 2004 em que a importância foi de 612.423.96€ acresce o seguro também da responsabilidade da Câmara de 21.384.52€. Sempre que existem aquisições ou de viaturas ou de auto-escada, a ambulância medicalizada, o pronto-socorro, em tudo a Câmara participou segundo as verbas possíveis ou como intermediário. Para a viatura de desencarceramento a adquirir e depois de visto o que fica a descoberto há em vista uma alteração orçamental a fim de que seja paga a diferença. Mostrou-se também o Presidente da Câmara disponível para analisar as participações futuras sempre que elas sejam tomadas pela Direcção dos Bombeiros como absolutamente necessários. Sugeriu igualmente que fosse criada uma Comissão na Assembleia Municipal com o objectivo de analisar esta situação das necessidades e como aumentar as receitas por parte da Coorporação a fim de fazer face às necessidades de renovação, como foi a central telefónica. Salientou entretanto a qualidade e o



Handwritten signature and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

empenho da Coorporação existente e a segurança que esta transmite a toda a população da Amadora.

VI - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O senhor **António Santos** pediu intervenção para protesto da escassez do tempo atribuído em Regulamento de 5 minutos para a intervenção do público conforme havia sido anteriormente realçado, devendo o tempo, se o número de inscrito fossem pouco, ser dividido até perfazer os 30 minutos, já que em seu entender esta matéria assim o sugeria.

Inscreveu-se o senhor **Carlos Reis** para intervenção neste período, salientando que uma Câmara Municipal deve cuidar com particular atenção de cada área em particular desde o Saneamento Básico, à Limpeza de Ruas, à Cultura etc. e também a um Serviço de Protecção Civil adequado e eficaz. Tendo a Câmara Municipal da Amadora optado por não ter na Macroestrutura um serviço de Protecção Civil, nem um Batalhão de Bombeiros Municipais, cabe essa atribuição a uma outra entidade que é a Associação de Bombeiros Voluntários da Amadora. Não é, pois, seu entender que esta Associação esteja equiparada a outras que se habilitam ao PAAMA dada a especificidade desta situação atrás mencionada, dizendo estabelecer-se uma relação jurídica com a Câmara protocolada e contratualizada plurianualmente, o que a tornaria independente da maior ou menor vontade do Presidente da Câmara ou das direcções sucessivas da Associação. Por isso também está de acordo com a sugestão do Presidente da Câmara para que se pensasse mais profundamente nesta situação. Sugeriu que o Centro Municipal de Operações de Emergência estivesse preparado em termos organizativos para ser eficaz em caso de necessidade.

O senhor **Andrade Silva** focou a necessidade de serem discutidas duas questões, a discussão política do PDM outra o “bom senso” da gestão do tempo atribuído pelo Regulamento aceite por todos os deputados para o período de intervenções. Do primeiro porque acha inadequado à realidade actual o PDM ainda existente, apelando para a sua discussão institucional e

política, para depois ser discutida com outras estruturas interactivas do interesse participativo do cidadão. Do segundo, que em rigor não se faça atribuições dos tempos de intervenção.

O senhor **Rafael Evaristo** interpelou a Mesa para pedir para pedir que lhe lembrem a data em que tinha sido aprovado o Regulamento.

A senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** disse não acreditar que tal facto tenha caído em esquecimento de qualquer deputado, e que cumprido o Regulamento é qualidade da Mesa da Assembleia a sensibilidade perante os assuntos a tratar, como aconteceu dando ainda agora ao B.E. mais dois minutos que o tempo atribuído pelos Representantes dos Grupos Municipais a quando da Reunião com a Mesa.

O senhor **João Paulo Castanheira** dedicou a sua intervenção a relevar a importância que é a Segurança e Protecção Civil, a necessidade de se investir na qualidade e eficácia da mesma e testar o seu funcionamento para colmatar falhas quer técnicas como humanas para o apoio efectivo em casos de actuação. Mas tendo a Câmara da Amadora o seu próprio serviço, é importante que invista sem ser só com a entrega dos duodécimos à Associação Voluntária dos Bombeiros da Amadora mas na comparticipação dos meios de que a Corporação carece e necessita de se actualizar. A quotização e o atraso com que a prestação dos serviços prestados se faz não conseguem fazer investimentos reais, sendo dramática a situação actual dos Bombeiros que fazem a quase totalidade do suporte ao gabinete de Protecção Civil da Cidade.

O senhor **Manuel Vieira** disse que não estando em causa quem dirige os trabalhos, o período destinado ao público sendo cumprido como está no Regulamento incapacita como hoje a intervenção mais alargada do município. Sobre os bombeiros e após a reunião havida entre Representantes da Mesa, e os representantes dos Grupos Políticos com elementos da Direcção dos Bombeiros ficou mais clara a situação das dificuldades que têm e com que trabalham sem deixar de transmitir segurança num serviço que é de grande sensibilidade para a população. Deveria haver maior acompanhamento do poder político com esta Associação já que tanto lhe é exigido.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

O senhor **Paulino Domingos** salientou o apreço e a cordialidade para com a Instituição dos Bombeiros e manifestou a preocupação do défice de capacidade económica para superar as necessidades duma gestão eficiente. Para isso, e já que o Presidente da Câmara se prontificou a disponibilizar-se em situações pontuais, tanto os Bombeiros têm o direito de contar com o apoio para investir, como a Câmara deve ter conhecimento que tipo de investimentos está a ser previsto. Concordou com a existência duma Comissão de acompanhamento por parte dos eleitos da Assembleia pois haveria uma maior clareza com a qualidade da gestão desta Associação, devendo a preocupação e a responsabilidade da Protecção Civil ser uma bandeira de todos os que têm essa obrigação a seu cargo.

O senhor **Carlos Reis** apenas quis lembrar que o Governo PSD colaborou com alguma verba para o quartel dos Bombeiros da Amadora.

Usou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** que se congratulou com a unanimidade e comunhão de vontades que se havia manifestado nas intervenções anteriores. Há no entanto que separar a Corporação a quem é atribuído pela Câmara uma verba para o seu funcionamento, com o facto de ser uma Associação e se encontrar também em condições de se candidatar ao PAAMA consoante os projectos que venha a apresentar. À questão da alteração do PDM, já mais que uma vez levantada pelo senhor **Andrade Silva**, disse que embora não estando em total acordo com ele, não acha necessidade da sua revisão. Porém quando houver será como é de obrigação com discussão pública. Ao senhor **Manuel Vieira** esclareceu que só concordaria na existência de uma Comissão para os Bombeiros, se fosse no sentido de se fazer uma avaliação dos meios necessários para o funcionamento regular da Instituição nomeadamente na área da Protecção Civil. A participação de apoio económico da Câmara deverá ser visto como isso mesmo, logo sabedor da gestão e dos fins em vista. O apoio que o senhor **João Paulo Castanheira** referiu como necessário da parte da Câmara para as comemorações do Centenário, será disponibilizado conforme o envolvimento requerido nessas iniciativas e discutidas com a Câmara. Quanto ao valor do apoio do Município aos Bombeiros

não ter sofrido aumento, advém do facto de também não ter tido verbas suficientes para o aumento dos funcionários autárquicos.

O Senhor **Tremoço de Brito** declarou que já em anos anteriores se havia preocupado com a situação financeira dos Bombeiros e não só esta ano.

O Senhor **Presidente da Câmara** salientou que deveria ser uma preocupação de todos independentemente da Direcção.

VI- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da Proposta da C.M.A. relativa a *“Grandes Opções do Plano para o Ano de 2005 (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Acções Municipais) – (Proposta nº. 714/2004)”*.

2 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº2 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da Proposta da C.M.A. relativa a *“Orçamento Ordinário para o Ano de 2005 – (Proposta nº. 715/2004)”*.

Conforme metodologia já anteriormente aplicada o Ponto 1 e 2 são discutidos em conjunto e votados separadamente, informou o senhor **Presidente da Assembleia**. Surge nesse momento dúvidas sobre a intenção de parecer formulado pelo representante da bancada do PSD que assinou o parecer e que entende já não considerar o mesmo neste momento, embora tivesse assinado o documento, dando-o assim a Mesa sem efeito. Houve 10 minutos partilhados igualmente para todos os partidos e depois as intervenções segundo o tempo regulamentar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Agostinho

O senhor **António Santos** afirmou que a discussão deste Orçamento e Plano de Actividades tem uma contextualização política clara. Mais importante que o voto no BE é o compromisso que o seu partido tem perante políticas. Em primeiro, a questão do Plano Especial de Realojamento, embora saiba dos constrangimentos orçamentais que foram criados à Câmara. Levantou também o problema da Requalificação Urbana, o descontentamento em relação ao funcionamento dos Mercados Municipais. Reconhece que este Orçamento e Plano aborda algo importante que é a agenda XXI local. Aborda a situação da CRIL, rejeitando o projecto do IEP e a disponibilidade da Câmara para reavaliação das verbas necessárias para os Bombeiros. Como em anos anteriores e porque o Orçamento não é o seu, não vai ser necessário o apoio do B.E.

O senhor **João Paulo Castanheira** no uso da palavra acusa o documento de ser semelhante ao do ano anterior, defendendo a existência de um documento de raiz. Na análise das Grandes Opções do Plano, afirma existir uma despesa generalizada na despesa em funções sociais na ordem dos 44%, nas funções económicas de 27%, nas funções sociais na educação, de 30%, na cultura 17%, nas funções económicas, na indústria e energia 49%, transportes e comunicações 14%. Os jardins passam de 89% nas Grandes Opções do Plano para um peso de 17% no segundo capítulo, que classifica de obras adiadas, e lembra "Biblioteca Fernando Piteira Santos" que já constava nas Grandes Opções do Plano de 2003. Quanto à Cultura lembra as propostas eleitorais das ultimas eleições: Construir e equipar uma fonoteca, pugnar pela criação da Fundação Cidade da Amadora, adquirir o Lido e transforma-lo no Centro Cultural da Amadora, reformular o Cine Teatro D. João V, recuperar a Fábrica da Cultura, recuperar os Moinhos de Vento do Concelho. Disse que se assiste sistematicamente ao aumento das despesas correntes e das despesas de funcionamento e à redução das despesas de capital e investimento. As despesas de publicidade este ano sobem de 90%. gasta-se em publicidade do que no apoio aos Bombeiros, qualquer coisa como 700 mil Euros.

Dada a palavra ao senhor **Carlos Reis** afirmou este que a Câmara funciona a duas velocidades. Lembra depois alguns dos compromissos eleitorais que considera terem sido uma asneira, como a Fundação da Amadora.

Concedida a palavra ao senhor **José Fernandes**, este considerou que no documento apresentado à Assembleia havia aspectos positivos e negativos. Acha que há uma menor previsão de receitas para 2005, o que não é bom. O aumento das despesas correntes, deveria ser atenuado. É grande e significativo o decréscimo nas despesas de investimentos o que é péssimo. Quanto ao Orçamento levantou várias questões. Por exemplo havia no Orçamento para 2004, nesta mesma rubrica, a do Imposto Municipal sobre Imóveis uma verba prevista de 12 milhões e 175 mil Euros. Para o ano de 2005 está previsto uma arrecadação de receita da ordem dos 10 milhões e 300 mil euros, o que justifica uma arrecadação inferior a cerca de um milhão e oitocentos e setenta e cinco mil Euros. Quanto às modificações orçamentais acha o Município da Amadora usa e abusa desta alternativa prevista na Lei. Em Outubro de 2004 já íamos na décima Modificação Orçamental o que isto revela que houve menos cuidado na preparação dos documentos de gestão provisional. Em relação ao Orçamento levantou questões “aleatoriamente” segundo afirma, sobre algumas rubricas. Por exemplo, a Limpeza e Higiene Urbana. A contratação de menos cantoneiros do que os previstos no ano de 2004. Na área dos Resíduos Sólidos em 2004 estava prevista a verba de 2 milhões e 948 mil Euros e para 2005 apenas 2 milhões e 544 mil Euros. Também houve cortes, na protecção ao meio ambiente e à protecção da natureza, de 2004 para 2005. Relativamente aos Bombeiros, regista com agrado a disponibilidade do senhor Presidente da Câmara de comparticipar no Centenário daquela Coorporação, ainda que continue a manter preocupações relativamente à comparticipação nas despesas de gestão. Salienta o desenvolvimento na área da cultura e também o fraco apoio ao movimento associativo.

Dada a palavra ao senhor **Luís Costa** este sublinha as três prioridades do Executivo Camarário: Requalificação da Rede Viária, descongestionando-a, Reabilitação do Parque Escolar e Reconversão Urbanística do Concelho. O Orçamento tem uma redução de 13,5% das receitas que tem a ver com quatro milhões de Euros a menos por via das reduções inscritas no IMT e no IMI. A própria conjuntura está a influenciar a dificuldade de angariar receitas do Município, que tem só feito bastante ao nível da conjuntura económica que vem afectar, não só as empresas, como, mesmo as taxas de desemprego. A Câmara mantém as suas bases



2.
J. Godinho

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

de investimento, através do programa operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, aliado à manutenção dos restantes programas, o URBAN II, o PROQUAL, o PISI DIGITAL. Quanto às Grandes Opções do Plano, disse que a Câmara, neste Orçamento, investe fortemente numa série de programas de apoio social como projectos sócio- comunitários no Casal da Boba, no Casal do Silva e da Mira, estando também previstos o Projecto Geração para inserção social de crianças até aos 14 anos, o Projecto Diversidade, de Formação, o Projecto XXI, a acção da Escola das Profissões.

Após a intervenção dos partidos com assento na Assembleia Municipal, o senhor **Presidente da Câmara** prestou alguns esclarecimentos. Em resposta ao deputado do **BE**, defende o carácter excepcional em que a Amadora deveria ter em matéria de política de realojamento. É um problema que tem de ser resolvido a nível de Governo. Em resposta ao senhor **João Paulo Castanheira** informou de que o contrato só foi homologado já quase no final deste ano. E depois tem que haver um concurso internacional que demora no mínimo 10 meses. E sobre a despesa, afirmou o senhor Presidente da Câmara que muitas despesas têm de ser consideradas de investimento, como as aplicadas no sector da educação e no sector social, ainda que venham rubricadas como despesas correntes. Em resposta ao senhor **Carlos Reis** sobre a comentada ausência de um Vereador da Protecção Civil, o senhor Presidente da Câmara salientou que existe o vereador José Evangelista, elogiando o seu desempenho e disponibilidade. Quanto à questão da Fundação da Cidade da Amadora recusou-se a falar de um fait-divers, cuja existência não se justifica. Em resposta ao senhor **José Fernandes**, pediu para os deputados da CDU se assumirem e se acham que o Orçamento é tão mau que votem contra.

É dada pelo senhor **Presidente da Assembleia** a palavra aos deputados. Falou em primeiro o senhor **Carlos Reis** que disse de novo estarem contra este Orçamento porque, tal como o já afirmado pelo PSD, a aplicação do Programa não é deles pelo que não impedindo a governabilidade se assumem pela oposição.

O senhor deputado **Andrade Silva** pediu ao senhor Presidente da Câmara que explicasse as suas palavras quando, disse que a revisão do PDM seria sempre para pior.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu que o tinha dito é que não conhecia nenhuma revisão do PDM que tivesse sido para melhor.

O senhor **Andrade Silva** disse que se iria abster.

O senhor **Talento Marques** considerou que o CDS não deve aprovar este Orçamento, ainda que recentemente não tenha nada a dizer. Reconhece que a bancada do PS defendeu muito bem o Orçamento. Questionou sobre em quê e onde é que as despesas vão ser feitas; discordando das prioridades escolhidas para a aplicação do Orçamento.

O senhor **Andrade Silva** acusa o PS de se manter agarrado a um plano que é arbitrário e que permite decisões arbitrárias e interpretações subjectivas. Abstém-se porque o Orçamento é casuístico.

O senhor **Rafael Evaristo**, disse que, pessoalmente, gostou do Orçamento e dos propósitos de reforço de coesão Social e Territorial do Concelho, das Redes Viárias, mas gostaria de saber como vai ser a modernização Administrativa e Gestão Municipal.

O senhor **José Fernandes**, disse que a CDU se iria abster porque achava que estes documentos podiam ter sido melhores, e que após a análise, e sem “encomenda” da intenção conforme o Presidente deu a entender é essa a decisão a tomada.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu às intervenções anteriores salientando que tal como o senhor **Talento Marques** disse o problema não são as prioridades do Município mas os compromissos que às vezes determinam as opções. No respeitante à Valorsul apenas se deve a facturação daquilo que não é vencido, e o investimento no Ensino que faz aumentar os encargos e despesas são compromissos inadiáveis. Quanto à apresentação técnica acha estas irrepreensíveis. Ao senhor **Carlos Reis** lembra que apenas dois Municípios a nível Nacional



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Handwritten signature: J. Godinho

tiveram aumentos o Estado de 2,2% e de 2,6%, Amadora e Odivelas. Todos os outros tiveram aumento acima dos 3%.

O ponto 1 submetido à votação foi aprovado com 23 votos a favor e 8 votos contra e 10 abstenções.

O Ponto 2 submetido à votação foi aprovado com 23 votos a favor e 8 votos contra e 10 abstenções.

3 – Apreciação e votação, nos termos da alínea m) do nº2 do Artigo 53º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a ***“SIMTEJO - Reforço do Capital Social – (Proposta n.º.751/2004)”***;

Foi lido o parecer da Comissão de Administração Geral de Finanças. (Documento anexo em Acta).

Abertas as inscrições e não havendo quem se quisesse pronunciar foi o assunto submetido a votação e aprovado por maioria, com 30 votos a favor e 1 abstenção.

4 – Apreciação, nos termos da alínea e) do nº1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, ***“Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município”***;

Aproveitou o senhor **Presidente da Câmara** para reparar o esquecimento de resposta ao senhor **Rafael Evaristo** sobre o programa Alô Digital, intermunicipal e com o patrocínio da Comunidade Europeia. Em parceria com a Valorsul estão programas para a selecção, tratamento e recolha de lixo no âmbito do CTVO.

O senhor **Andrade Silva** chamou a atenção para a correcção possível da colocação dum lancil num arranjo Urbanístico, na Freguesia da Reboleira, que oferece, no seu entender, perigo.

O senhor **Rafael Evaristo** pediu esclarecimento quanto à natureza do protocolo da Câmara Municipal da Amadora e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, referido no Plano de Actividades.

O senhor **Carlos Reis** chamou a atenção para a falta de iluminação na Rotunda próxima ao Bairro de Santa Filomena que é urgente reparar a fim de evitar acidente. Sugere que se retire, na Buraca, um painel do movimento ZLAM, e perguntou se as transferências do OE para a Câmara previstas na Lei se já se efectuaram.

O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que o Vereador Gabriel Oliveira na inspecção a obras havia detectado irregularidades de não cumprimento dos projectos que estão a ser corrigidas. O protocolo com a Universidade de Ciências Humanas é no âmbito do SIG e a disponibilização do site informativo da Câmara através da Universidade. O Urban verde é o protocolo de participação da Câmara na FIL. Esclarece o senhor **Carlos Reis** de que o urbanizador da zona a que se referiu e onde se encontra a Rotunda ainda não acabou o trabalho que é da sua responsabilidade e que a iluminação não é para ficar assim. Da aplicação dos 2% do Orçamento aguarda explicações sobre a forma como foi atribuído.

O senhor **António Tremoço** pediu a palavra e justificou a existência para o movimento ZLAM e ainda sua actualidade.

O senhor **Presidente da Assembleia** dado o adiantado da hora pediu opinião para a continuidade dos pontos seguintes, tendo sido concordado a continuação dos trabalhos.

5 – Apreciação e votação, nos termos da alínea m) do nº2 do Artigo 53º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a “*Associação Internacional das*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

e Z.
J. Rodrigues

Cidades Educadoras – Proposta de Adesão - (Proposta n.º 721/2004)”;

Reunida a Comissão de Administração Geral e Finanças que emitiu parecer, foi o mesmo lido pela senhora Primeiro Secretário. (Documento anexo à presente Acta).

O senhor **José Fernandes** anunciou que a CDU vai votar favoravelmente à adesão à Associação Internacional das Cidades Educadoras e defende que as questões têm de ser discutidas mesmo que a hora vá adiantada.

Em resposta o senhor **Presidente da Assembleia** quis que ficasse exarado em acta o seguinte.

Ponto n.º 1 – Todos os Partidos têm direito a apresentarem Propostas da Alteração do Regimento, ainda não vi nenhuma vossa. Quando tiver reunirá a Comissão do Regimento para alterar.

Ponto n.º 2 Uma coisa é a alteração do Regimento e aquele que eu tenho que cumprir, outra coisa é a condução dos trabalhos, a condução dos trabalhos pus a questão á Assembleia, a Assembleia entendeu interpretar no sentido da continuação.

Não tendo havido mais inscrições passou-se à votação tendo sido aprovado por Unanimidade.

6 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº1 do Artigo 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta relativa a *“Constituição da Comissão (Eventual) da Assembleia Municipal para a elaboração de Projecto de criação de Registo de Interesses dos Autarcas Municipais a submeter à aprovação da A.M.A. nos termos do Artigo 7º- A da Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto, com a redacção da Lei n.º 28/95, de 18 de Agosto”*

O senhor **Carlos Reis** propôs a criação de uma Comissão para apresentar uma proposta à

Assembleia Municipal para a instituições do Registo de Interesse para os Autarcas do Concelho, da Câmara e da Assembleia Municipal.

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que a proposta não é legal pois pensa que a Assembleia Municipal só pode legislar ou regulamentar sobre a auto-regulação da Assembleia Municipal.

Dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** este informou que o Presidente da Câmara e ao Vereadores com pelouros são obrigados por Lei a fazer essa declaração em Tribunal Constitucional.

O senhor **João Serrano** concorda com a proposta mas salienta que não há nenhuma Assembleia Municipal no País que tenha Registo de interesses pelo que vão legislar no escuro.

O senhor **Carlos Reis** retomou a palavra e defendeu a criação de uma Comissão composta por 6 a 8 pessoas para o efeito.

O senhor **Presidente da Assembleia** declarou que no nº. 1 do Artº. 7 A da Lei da Autarquia é facultada a criação de um Registo de Interesses nas Autarquias caso que compete às Assembleias.

O senhor **José Fernandes** disse que não tendo analisado a Lei concorda com a proposta propondo 90 dias para a sua elaboração.

O senhor **João Serrano** salientou no entanto que a eficácia desta proposta se vai juntar às que na prática não produzem efeito neste País.

O senhor **António Santos** está de acordo com a necessidade de transparência que o Registo de Interesses implica.



J. Rodrigues

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a proposta a aprovação nos termos do Artº. 7 A da Lei 64/93 de 26 de Agosto com redacção da Lei Nº.28/ 95 de 18 de Agosto, e foi aprovada por Unanimidade.

Antes de dar por encerrados os Trabalhos, e tendo em vista a eficácia externa , por proposta do senhor Presidente da Assembleia, as minutas das deliberações da Ordem do Dia foram aprovadas nos termos do nº. 3 do Artigo 92. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, por unanimidade dos 37 membros presentes.

De seguida desejou a todos um Bom Natal e Bom Ano Novo, dando a Sessão por encerrada às 01.50 horas.

A presente Acta, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Maria Arlete Rocha Rodrigues, 1º Secretário, que a redigiu.

A. L. G. D.